

AS FINANÇAS DA PMPA:  
REALIDADE ATUAL E PERSPECTIVAS.

INTRODUÇÃO

A falta de recursos financeiros tem sido o principal obstáculo para que a Administração Popular realize seus objetivos.

Este texto pretende apresentar os dados que dão contorno a esta situação financeira, bem como apontar algumas alternativas capazes de alterar o quadro atual marcado por duas características básicas:

- a) déficit de caixa crescente; e
- b) ausência de investimentos.

Como pressuposto, é importante ter presente que a situação financeira da PMPA hoje, é significativamente pior do que em 1º de janeiro de 1989. Isto significa que não há lugar para expectativas assentadas na crença de que a falta de recursos é passageira e superável no curto prazo.

Cabe perceber que nestes quatro primeiros meses de governo, para pagar em dia a folha de pessoal que resultou do plano de carreira do funcionalismo, fizemos um movimento (empréstimos por antecipação da receita no valor de Ncz\$ 10.500.000,00) em sentido contrário ao saneamento das finanças, ampliando ainda mais o "rombo" deixado pela administração anterior e assumindo dívidas com alto custo financeiro.

A continuar nessa trilha estaremos aprofundando ainda mais uma situação de desequilíbrio e de sucateamento da máquina administrativa, pondo em risco não só nosso primeiro ano de governo, como certamente, todo o projeto político de nossa gestão.

Entendemos que uma situação marcada por esta gravidade e urgência, necessita ser enfrentada coletivamente. Para tanto é preciso também apreendê-la coletivamente para, a partir daí, buscar alternativas capazes de superá-la.

Neste sentido nos propusemos a projetar os dados de receita, despesa e dívida que nos permitam antecipar a situação de déficit que estamos acumulando mensalmente. Obviamente que este é um exercício necessário, porém sujeito a imprecisões decorrentes de uma economia incerta como a brasileira e em ano eleitoral. Assim, tomamos como base uma previsão inflacionária (ver anexos) e tentamos, no possível, considerar as variações dos principais determinantes que orientam nossa estrutura de receita/despesa.

## 1. RECEITA:

A estrutura do Município de Porto Alegre como de resto de todos os municípios brasileiros, já está dada pela nova Constituição, e, ao contrário do que se esperava, sem incremento substancial de recursos ou de autonomia financeira - as receitas de transferências representam 58% do total da previsão de nossas receitas disponíveis para 1989. Mesmo assim, a partir do ano que vem poderemos promover mudanças no perfil de alguns tributos (IPTU, ITBI, etc.) que permitirão, caso sejam aprovados nossos projetos de lei, um acréscimo real em cerca de 10% das receitas, bem como uma política fiscal mais coerente com os objetivos da Administração Popular (progressividade dos impostos, por exemplo).

Para este ano, entretanto, nossas perspectivas se voltam para a intensificação da fiscalização, cobrança dos débitos, implementação de algumas taxas e tarifas (publicidade, esgoto, etc.) e da contribuição de melhoria. Mesmo com tais medidas prevê-se que a receita este ano será em 50% insuficiente para cobrir as despesas.

Caso a inflação dispare, as receitas apresentarão uma variação nominal positiva, que será, não só ilusória, como perversa, se confrontada com o impacto inflacionário nas despesas.

## 2. DESPESA:

O paradoxo financeiro em que nos envolvemos neste primeiro ano de governo está em confrontarmos uma receita relativamente inelástica com uma folha de pessoal indexada à inflação: a folha é impagável. Alie-se a isto a falta de prioridades, politicamente definidas, na nossa estrutura de gastos, o que prejudica a administração financeira. Ou seja, para além dos gastos com pessoal, não seria contraditório afirmar que nossos desembolsos pouco se diferenciam do que historicamente têm sido realizado pelas administrações anteriores, a não ser pelo fato de efetivamente não estarmos investindo.

É importante perceber que numa conjuntura de escassez de recursos, a atividade do planejamento torna-se mais significativa, na medida que pode viabilizar uma qualidade de despesas adequada ao caráter de nosso governo.

O que temos observado nestes primeiros meses é uma situação que, marcada pela ansiedade em obter recursos financeiros coloca de um

lado a SMF numa condição que não é a sua, ou seja, de selecionar os gastos, e de outro, os próprios órgãos da Administração que lidando com falsas expectativas de obtenção de recursos, acabam planejando-se tendo por base uma falsa realidade.

Evidentemente, esta ansiedade tem como fonte a vontade de realizar as metas a que nos propusemos enquanto um governo comprometido com os anseios populares. Não pretendemos abrir mão destas metas, nem tampouco de nossos objetivos, mas precisamos buscar uma mediação que ao redistribuir no tempo os cronogramas de desembolso (e de atividades) nos propicie realizar aquilo que, no nosso entender, é hoje a tarefa central: viabilizar economicamente a PMPA, fazendo com que possa financiar um projeto que seja, de fato, transformador.

### 3. DÍVIDA:

Nosso fluxo de caixa deficitário tem sido sustentado, até agora, por uma meio "cômodo" e tradicional: o endividamento no mercado financeiro. As conseqüências, entretanto, já têm apontado para a falácia desta alternativa. Já comprometemos 10% da receita de 89 com os serviços das dívidas contraídas este ano e estamos caminhando para o limite de nossa capacidade de endividamento. Assim, se por um lado os recursos não têm retorno, dado que não implicam em investimentos, mas sim em custeio de pessoal, por outro estaremos carregando parcelas de nossas futuras receitas para o mercado financeiro especulativo.

Os desembolsos para pagamento da dívida de curto e longo prazos representam no ano quase 1/5 de nossas receitas. Como os empréstimos têm garantias no ICM, não nos resta sequer a possibilidade de deixar de pagá-las. Os credores já as deduzem automaticamente de nossas receitas de transferências.

### CONCLUSÕES E PROPOSTAS:

Não herdamos apenas um aparelho falido.

Na verdade, assumimos um aparato administrativo que responde, em toda a sua essência, à lógica capitalista (burocratizada e patrimonialista) que marca o estado brasileiro.

Seria ingenuidade acreditar que assumimos uma Prefeitura pronta para acionar nosso plano de governo. Seria admitir que o Estado e sua máquina são neutros e que nada teria que ser transformado para que o PT governasse.

Há que se perceber, que da forma com que a máquina administrativa assimilou uma cultura articulada com as finalidades dos governos anteriores, existe uma estrutura econômico-financeira criada e desenvolvida para responder a estas finalidades.

Assim, a primeira tarefa que nos cabe é desmontar esta estrutura invertendo a sua lógica: as receitas do município têm sido consumidas apenas com o custeio da máquina administrativa; é preciso fazer com que passem a financiar nossa política.

Desta forma, a crise financeira em que nos vemos envolvidos, pela sua profundidade e complexidade, necessita ser enfrentada a partir de um conjunto de medidas que em linhas gerais viabilizem não só um aumento de receita como uma compressão ainda maior das despesas.

No tocante às ações que venham a refletir um aumento da receita, sugerimos (e estamos implementando) as seguintes medidas:

a) ação fiscal revestida de maior rigor, de forma a potencializar a nossa capacidade arrecadadora; ✓

b) agilização da cobrança dos créditos lançados em dívida ativa, bem como de todos aqueles que ainda estão por serem lançados; ✓

c) enfatizar, sempre que possível, nosso compromisso em não conceder anistia fiscal, condicionando com isto os contribuintes a efetuarem em dia o pagamento de suas obrigações; ✓

d) cobrança de novas tarifas e taxas (publicidade, esgoto, etc.); ✓

e) realização de esforços no sentido da obtenção de recursos externos capazes de alterar nossa posição financeira e em condições favoráveis de pagamento; ✓

f) incentivo às Secretarias Municipais e demais órgãos para que busquem recursos para financiar seus projetos específicos; ✓

g) elaboração de projetos de lei que tendo por base nossa visão de política tributária (essencialidade, progressividade) viabilizem, já em 1990, um substancial acréscimo da receita tributária do município; ✓

No plano de redução da despesa, propomos as seguintes medidas:

↓ a) ação urgente no sentido de adequar os gastos com pessoal às novas normas constitucionais. A folha de pagamento de pessoal é impagável e tem sido a principal responsável por nossas dificuldades no plano financeiro; ✓

✓ b) implementação de uma reforma administrativa que via fusão/ incorporação de órgãos, elimine gastos de custeio. É necessário ter presente que os governos passados criaram órgãos com finalidades clien-

telísticas e que, pelos princípios básicos da racionalização administrativa, podem ser eliminados sem que suas atividades deixem de ser exercidas;

✓ c) definição clara de prioridades que orientem nossos gastos no ano de 1989; ✓

✓ d) adequação do calendário de pagamentos do funcionalismo à capacidade de desembolso da administração, de forma a contribuir para evitar novos empréstimos por antecipação da receita com altos custos financeiros; ✓

✓ e) negociação da dívida fundada, buscando evitar novos desembolsos durante o ano de 1989; e ✓

✓ f) fim dos empréstimos por antecipação da receita para pagamento de despesas de custeio. ✓

Porto Alegre, 19 de maio de 1989.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
(Secretário e Assessoria Técnica).

## A N E X O S:

(\*) INFLAÇÃO PREVISTA CONSIDERADA.

(Fonte: Macrométrica)

MAI	-	8,64%	SET	-	16,77%
JUN	-	11,55%	OUT	-	19,01%
JUL	-	14,48%	NOV	-	20,23%
AGO	-	15,87%	DEZ	-	22,04%

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

A) HIPÓTESE MACROMÉTRICA.

DADOS FINANCEIROS DE 1989: RECEITA X DESPESA X DESP. PESSOAL.

EM NCZs

ELEMENTOS/ MESES	RECEITA 1989	DESPESA 1989	DESPESA de PESSOAL (centr+descentr)	DESP.PESS./ RECEITA (%)	DESP.PESS./ DESPESA (%)
JANEIRO	7.362.251,01	10.140.340,20	7.970.575,56	108,26	78,60
FEVEREIRO	8.079.720,37	8.331.809,03	8.998.630,09	86,60	83,93
MARÇO	8.877.812,28	9.411.549,37	7.558.022,02	85,13	80,31
ABRIL	10.252.645,31	14.559.066,40	11.796.668,57	115,03	81,03
MAIO	14.034.741,13	15.093.961,05	10.312.491,29	73,48	68,32
JUNHO	14.519.757,19	15.672.158,80	11.275.790,00	77,66	71,95
JULHO	14.917.277,91	20.804.606,90	13.522.923,83	90,65	65,00
AGOSTO	16.800.571,45	20.704.659,68	13.525.923,83	80,47	65,00
SETEMBRO	15.871.330,94	27.041.886,07	19.529.775,18	123,05	72,22
OUTUBRO	17.719.947,16	26.673.728,17	19.730.750,40	111,39	74,00
NOVEMBRO	20.937.181,27	33.215.540,01	26.970.821,30	128,88	81,22
DEZEMBRO	24.834.620,37	62.114.159,02	52.342.830,35	210,77	84,27

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

A) HIPÓTESE MACROMÉTRICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

DADOS FINANCEIROS DE 1989: RECEITA - DESPESA = DIFERENÇA

EM NCZ9

ELEMENTOS/ MESES	RECEITA 1989	DESPESA 1989	RECEITA MENOS DESPESA	DIFERENÇA ACUMULADA	DIFERENÇA/ RECEITA (%)
JANEIRO	7.362.251,01	10.140.848,20	-2.778.597,27	-2.778.597,27	37,74
FEVEREIRO	8.079.720,37	8.331.809,03	-252.088,66	-3.030.685,93	3,12
MARÇO	8.877.812,20	9.411.549,07	-533.737,07	-3.564.423,02	6,01
ABRIL	10.252.645,81	14.559.066,40	-4.306.420,59	-7.870.843,61	42,00
MAIO	14.034.741,13	15.073.761,05	-1.039.020,92	-8.909.864,53	7,55
JUNHO	14.519.757,19	15.672.158,80	-1.152.401,61	-10.062.266,14	7,94
JULHO	14.917.277,91	20.804.686,98	-5.887.409,07	-15.949.675,20	39,47
AGOSTO	16.808.571,45	20.784.659,68	-3.976.088,23	-19.925.763,43	23,66
SETEMBRO	15.871.030,94	27.041.886,07	-11.170.855,13	-31.116.618,56	70,98
OUTUBRO	17.719.947,16	26.673.728,17	-8.953.781,01	-40.070.399,57	50,53
NOVEMBRO	20.937.181,27	33.215.540,01	-12.278.358,74	-52.348.758,32	58,64
DEZEMBRO	24.834.629,09	32.114.159,02	-7.279.529,93	-59.628.288,25	150,11

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

A) HIPÓTESE MACROMÉTRICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

DADOS FINANCEIROS DE 1989: RECEITA X DESP. PESS. CENTR. X DESP. PESS. DESCENTR.

EM NCZ@

ELEMENTOS/ MESES	RECEITA 1989	DESPESA de PESSOAL CENTRALIZADA	DESPESA de PESSOAL DESCENTRALIZADA	CENTRALIZ./ RECEITA (%)	DESCENTR./ RECEITA (%)
JANEIRO	7.002.251,01	6.379.196,56	1.291.079,00	90,72	17,84
FEBREIRO	8.079.720,37	5.646.162,53	1.150.517,56	72,36	14,24
MARÇO	8.877.812,28	6.321.715,08	1.236.306,94	71,21	13,93
ABRIL	10.252.645,81	10.004.043,19	1.712.625,38	98,36	16,70
MAIO	14.004.741,18	8.498.864,29	1.813.627,00	60,56	12,92
JUNHO	14.519.757,19	9.400.790,00	1.875.000,00	64,74	12,91
JULHO	14.917.277,91	11.321.826,51	2.201.077,32	75,90	14,76
AGOSTO	16.803.571,45	11.321.826,51	2.204.077,32	67,36	13,11
SETEMBRO	15.871.330,94	16.892.201,42	2.637.573,76	106,43	16,62
OUTUBRO	17.719.947,16	16.090.022,40	2.840.736,09	95,36	16,00
NOVEMBRO	20.937.181,27	23.445.105,99	3.533.605,31	111,93	16,80
DEZEMBRO	24.004.620,39	46.681.590,00	5.661.237,35	197,97	22,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

A) HIPÓTESE MACROMÉTRICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

DADOS FINANCEIROS DE 1989: DÍVIDA (FUND. e C.P.) X RECEITA X DESPESA

EM NCZ\$

ELEMENTOS/ MESES	DESEMBOLSO DÍVIDA (1) CURTO PRAZO	DESEMBOLSO DÍVIDA (2) LONGO PRAZO	DÍVIDA TOTAL (1)+(2)	DÍV. TOTAL/ RECEITA (X)	DÍV. TOTAL/ DESPESA (X)
JANEIRO	464.231,56	911.660,94	1.375.892,50	10,69	10,57
FEVEREIRO	1.002,25	447.410,82	448.413,07	5,55	5,38
MARÇO	0,00	440.722,92	440.722,92	5,00	4,71
ABRIL	0,00	1.021.654,90	1.021.654,90	9,90	7,02
MAIO	1.700.000,00	520.000,00	2.220.000,00	15,82	14,71
JUNHO	0,00	1.689.490,00	1.689.490,00	11,64	10,78
JULHO	3.151.120,00	674.000,00	3.825.120,00	25,64	18,39
AGOSTO	2.603.299,00	674.000,00	3.277.299,00	21,04	17,02
SETEMBRO	2.625.427,00	2.302.640,00	4.928.067,00	31,05	18,22
OUTUBRO	3.645.495,00	1.142.000,00	4.787.495,00	23,63	15,70
NOVEMBRO	1.800.000,00	1.143.650,00	2.943.650,00	14,06	8,88
DEZEMBRO	0,00	4.113.800,00	4.113.800,00	10,50	8,62